






## COTAS RACIAIS E IDENTIDADE NEGRA NA UNIVERSIDADE

Maria Valéria Barbosa<sup>1</sup>    
Selma de Fátima Vanderley<sup>2</sup>    
Daniela Almeida Lira<sup>3</sup>  

### Resumo

Este trabalho, oriundo de pesquisa de doutorado, teve como objetivo analisar se as cotas raciais contribuem para a construção da identidade de graduandos/as cotistas de universidade pública. As cotas raciais foram importantes para a democratização do acesso ao ensino superior, bem como, espaço de visibilidade e transformação do grupo beneficiado e as resistências engendradas pelas diversas frentes negras tem parte importante nessas conquistas. A proposta deste artigo é apresentar os resultados obtidos na referida pesquisa no que tange aos benefícios líquidos que a política social reverbera em cada sujeito beneficiário, no seu meio social, na universidade e na sociedade.

**Palavras-chave:** Políticas de ação afirmativa; Cotas raciais; Identidade.

### Como citar

BARBOSA, Maria Valéria; VANDERLEY, Selma de Fátima; LIRA, Daniela Almeida. Cotas raciais e identidade negra na universidade. **Revista Educação em Análise**, Londrina, v. 10, p. 1-21, 2025. DOI: 10.5433/1984-7939.2025.v10.52083.



<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professora Assistente na Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Marília, São Paulo, Brasil. Endereço eletrônico: [valeria.barbosa@unesp.br](mailto:valeria.barbosa@unesp.br).

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Tupã, São Paulo, Brasil. Endereço eletrônico: [selma.f.vanderley@gmail.com](mailto:selma.f.vanderley@gmail.com).

<sup>3</sup> Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Marília, São Paulo, Brasil. Endereço eletrônico: [daniela.almeidalira@gmail.com](mailto:daniela.almeidalira@gmail.com).

## RACIAL QUOTAS AND BLACK IDENTITY IN THE UNIVERSITY

**Abstract:** This work, based on doctoral research, aimed to analyze whether racial quotas contribute to the construction of the identity of quota students at public universities. Racial quotas were important for the democratization of access to higher education, as well as a space for visibility and transformation of the benefited group, and the resistance engendered by the various black fronts plays an important part in these achievements. The purpose of this article is to present the results obtained in this research regarding the net benefits that the social policy reverberates in each beneficiary subject, in their social environment, in the university and in society.

**Keywords:** Affirmative action policies; Racial quotas; Identity.

## CUOTAS RACIALES E IDENTIDAD NEGRA EM LA UNIVERSIDADE

**Resumen:** Este trabajo, basado en una investigación doctoral, tuvo como objetivo analizar si las cuotas raciales contribuyen a la construcción de la identidad de los estudiantes beneficiarios en las universidades públicas. Las cuotas raciales fueron importantes para la democratización del acceso a la educación superior, así como para ofrecer un espacio de visibilidad y transformación para el grupo beneficiado. La resistencia promovida por las diversas frentes negras juega un papel importante en estos logros. El propósito de este artículo es presentar los resultados obtenidos en esta investigación respecto a los beneficios netos que esta política social genera en cada sujeto beneficiario, en su entorno social, en la universidad y en la sociedad.

**Palabras clave:** Políticas de acción afirmativa; Cuotas raciales; Identidad.

## Introdução

---

As resistências e pressões articuladas ao longo da história do Brasil contra a desigualdade racial persistente na sociedade avançaram na cena política demandando reconfigurações do papel do Estado por meio de políticas sociais que promovessem igualdade de condições e oportunidades à população negra. As políticas universalistas preconizadas na constituição foram ineficientes para garantir o acesso aos direitos de modo que foram necessárias políticas sociais focalizadas para diminuir as desigualdades raciais e sociais.

Nesse contexto, este trabalho aborda sobre os benefícios oriundos das políticas de ação afirmativa do tipo cotas raciais que têm uma amplitude para além do acesso ao ensino superior, contribuindo para a construção da identidade coletiva e individual de estudantes cotistas e reverberando em lutas por direitos e garantias sociais para a população negra.

As cotas raciais envolvem questões complexas e de significativo impacto na sociedade. Decorrentes das pressões do movimento negro crescentes a partir do processo de redemocratização, com pauta presente na formatação da Constituição de 1988, a luta pelo combate ao racismo e reparação das desigualdades raciais galgou mais espaço na agenda política no final do século XX e início do XXI, por meio de estudos que evidenciavam as desigualdades raciais no país e campanhas do movimento negro. Também nesse período a comunidade internacional estendia esforços para combater o racismo e a discriminação racial com a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e a Intolerância Conexa, em Durban, África do Sul, em 2001, que impulsionou e norteou ações internas do governo brasileiro. A mobilização e articulação política dos negros ao longo de décadas conduziram para o reconhecimento da existência do racismo e discriminação racial incitando uma consciência pública sobre suas consequências para a população negra e à sociedade em geral, de modo a sensibilizar o governo para a implantação de políticas de combate ao racismo e a desigualdade entre brancos e negros.

A Lei n. 12.711/2012 que instituiu as cotas nas universidades e institutos federais de educação foi uma dessas ações. A reserva de vagas sociais e a grupos étnicos e racialmente discriminados pretende incluir grupos no espaço universitário que estavam alijados desse nível de ensino, se constituindo em instrumento de aprimoramento do processo democrático ao reconhecer reivindicações coletivas legítimas do grupo negro; representa ampliação de oportunidades materiais e de perspectivas de vida, além da diversidade cultural no ambiente universitário que oportuniza o conhecimento, o convívio entre os diversos grupos étnicos e

socioeconômicos e foi norteadora desta pesquisa com alguns resultados que seguem ao longo desse trabalho.

### Breve apresentação metodológica

---

Elegemos analisar a experiência da efetivação das políticas de ação afirmativa no recorte das cotas raciais em uma universidade federal de forma a conhecer a vivência dos/as graduandos/as que ingressaram no ensino superior por meio da Lei n. 12.711/2012, no critério cotista racial e que passaram pela avaliação da banca de heteroidentificação.

A escolha por uma universidade federal ocorreu pelo fato de ter em comum o marco legal da Lei n. 12.711/2012 e os mesmos parâmetros orientadores de execução da política e de financiamento do Ministério da Educação, que consideram os dados demográficos para a aplicação do percentual mínimo da reserva de vagas.

No que tange graduandos/as cotistas raciais, são os sujeitos primeiros da política pública e aos quais recaem as discussões e vivências acerca da identidade racial e de suas construções em meio aos processos normativos que o acesso a alguns direitos preconiza.

O universo da pesquisa foi a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus Cidade Universitária* em Campo Grande. Algumas especificidades colaboraram para tal escolha, como: a) a formação do estado, com emigrantes de várias regiões do país e imigrantes dos países fronteiriços, Bolívia e Paraguai, marcam a mistura de culturas, costumes, religião, bem como carrega uma hegemonia branca, entre outros; b) sua demografia, considerando os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua trimestral, a população do Estado estava composta, no primeiro trimestre de 2020, por 41,5 branca, 6,7 preta, e 49,7 parda<sup>4</sup> (IBGE, 2020); c) sua tenra idade também contribui como *locus* de pesquisa propício, a fim de conhecer a realidade vivenciada e experienciada pela população negra nas regiões menos incorporadas pelos grandes centros urbanos, econômicos, industriais, acadêmicos, culturais e, talvez, por consequência, menos pesquisadas; d) a UFMS era a única universidade pública da região centro-oeste que não havia implantado ações afirmativas com reserva de vagas até a aprovação das cotas por lei federal.

---

<sup>4</sup> A tabela completa pode ser acessada por meio do seguinte sítio eletrônico: Tabela Completa.

No que se refere às técnicas da pesquisa, realizamos entrevista semi-estruturada junto a graduandos/as cotistas sobre o processo anterior e posterior ao ingresso universitário (ano base 2018), bem como com os/as agentes implementadores/as da política de ação afirmativa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS<sup>5</sup>.

A busca ativa para a realização das entrevistas se iniciou com o levantamento no sítio eletrônico de ingresso da UFMS dos resultados do processo seletivo da universidade e via SISU. A partir desses arquivos, foram mapeados os/as candidatos/as com deferimento para a reserva de vaga cotista racial das diferentes áreas de conhecimento escolhidas para realização da entrevista. O contato e convite foi realizado por meio de e-mail localizado no currículo lattes e da busca dos perfis dos/as estudantes nas redes sociais – Instagram, Facebook e LinkedIn.

Alcançamos sete graduandas coincidentemente sul-mato-grossenses em cursos das seguintes áreas do conhecimento: Ciências Biológicas (ciências biológicas); Engenharias (engenharia de produção); Ciências da Saúde (medicina); Ciências Agrárias (zootecnia), Ciências Sociais Aplicadas (direito; arquitetura e urbanismo); Ciências Humanas (ciências econômicas). Nas áreas de Linguística, Letras e Artes e Ciências Exatas e da Terra não encontramos pessoas a serem entrevistadas.

A opção por percorrer as diferentes áreas de conhecimento se deu pelo fato de se pretender analisar as experiências dos sujeitos sem incorrer nas influências, à primeira vista, que o percurso formativo pode provocar, mas sabendo que as vivências se diferem e influenciam a posteriores. Ainda, no transcorrer do processo de busca por possíveis sujeitos para a realização da pesquisa obtivemos retorno apenas de graduandas, desse modo, a pesquisa é indiretamente atravessada pela questão de gênero.

Aplicou-se, juntamente à entrevista, um breve questionário a fim de complementar os dados com a abordagem das características sociais e familiares das entrevistadas. Esses dados são apresentados a seguir e as meninas/mulheres entrevistadas foram identificadas a partir de pseudônimos, nomes de mulheres negras brasileiras que tiveram significativa importância em suas áreas e na história do país, conforme esquema a seguir: a) **Ruth de Souza** (1921-2019), primeira atriz negra do teatro, cinema e televisão brasileira e a primeira atriz brasileira a ser indicada ao prêmio de Melhor Atriz em festival internacional de cinema; b) **Laudelina de Campos Melo** (1904-1991), ativista política, criou o primeiro sindicato das domésticas do Brasil; ajudou a fundar a Frente Negra Brasileira; c) **Glória Maria Matta da Silva** (1949-

<sup>5</sup> A perspectiva dos implementadores não será abordada neste trabalho em virtude de sua extensão.

2023), foi a primeira repórter negra na televisão do Brasil e a primeira mulher a usar a Lei Afonso Arinos; d) **Lélia Gonzalez** (1935-1994), professora, ativista, foi uma das fundadoras do *Movimento Negro*; e) **Antonieta de Barros** (1901-1952), jornalista e professora, foi a primeira deputada estadual negra do país e a primeira deputada mulher do estado de Santa Catarina; f) **Maria Beatriz do Nascimento** (1942-1995), professora, ativista, escritora, relevante para a construção do feminismo negro no Brasil; e g) **Enedina Alves Marques** (1913-1981), primeira engenheira negra do Brasil.

**Figura 1** - Mapa mental das características sociais das entrevistadas



**Fonte:** elaborado pelas autoras (2024).

## Bancas de heteroidentificação

---

Retomamos aqui algumas situações da história recente que clarificam o processo de auto e heteroidentificação. As organizações do movimento negro lançaram em 1990 a Campanha “Não Deixe sua Cor Passar em Branco – Responda com Bom C/Senso”<sup>6</sup> para tornar visível suas demandas no levantamento censitário de 1991. A campanha incentivava a população negra a assumir a sua cor/raça sem receio ou vergonha, pois pretendia-se obter dados mais precisos acerca da população negra no país a fim de reivindicar políticas públicas para democratização dos direitos. A campanha partia de três objetivos principais:

1. Incentivar pessoas negras e mestiças a declarar [sic] sua cor para o Censo 91: branca, preta, amarela, parda, indígena;
2. Transmitir uma imagem mais positiva da população negra e mestiça, contribuindo para a recuperação de sua dignidade, valorização de sua cultura e construção de sua cidadania. Desta forma, estaremos criando uma sociedade mais justa, e fraterna;
3. Contribuir para que as informações do Censo 91 indiquem as reais condições de vida atuais da população negra e mestiça (IBASE, 1990).

A fusão da categoria pardo na categoria negro que as entidades dos movimentos negros têm logrado nas últimas décadas pretende uma união para fortalecer o alcance político das reivindicações e promover mudanças positivas na situação da população negra. Nesse interim, a campanha dos movimentos sociais para que os negros assumissem sua identidade étnico-racial se apresentou como um ato político, de ampliação do alcance das reivindicações.

Além da mobilização para a autoidentificação da população negra, a campanha tinha outras motivações relacionadas ao sistema classificatório do IBGE, a utilização da palavra “cor” era entendida como não sendo a mais adequada sob o ponto de vista das organizações do movimento negro, assim, a sugestão era a inclusão da palavra “raça” na classificação e a utilização da categoria “negra” ao invés de “preta”, havendo ainda discordância da utilização da categoria “parda” devido a sua imprecisão conceitual para identificação das características básicas dos grupos de população (Sant’anna, 2009). No folder utilizado na campanha continha, na primeira página, a imagem de costas nuas de três corpos, com tonalidades de pele diferentes

---

<sup>6</sup> Não deixe sua cor passar em branco. Responda com bom c/senso. - Digital Archive of Latin American and Caribbean Ephemera (princeton.edu)

e um quadro ao centro com as cinco categorias de cor/raça utilizadas no Censo, seguida do sinal gráfico de interrogação.

**Figura 2** - Folder da Campanha "Não Deixe sua Cor Passar em Branco – Responda com Bom C/Senso"



**Fonte:** IBASE (1990)

As organizações do movimento negro percebendo a fragilidade e, ao mesmo tempo, a força existente no padrão de identificação, passou a caminhar politicamente no trato do debate identitário de forma a galgar espaços de discussões das demandas da população negra.

Nos anos 2000, com a implantação das ações afirmativas na educação e a reserva de vagas sociais e raciais, os movimentos negros obtêm importante conquista que renova as

discussões acerca das categorias de cor/raça utilizadas pelos censos demográficos, as construções em torno da autoidentificação e as percepções que levam às manifestações de racismo no Brasil. A autoidentificação, incentivada anos antes, no sentido de sentir-se negros, assumir-se negros, ganha novas dimensões com as discussões em torno da heteroidentificação.

A heteroidentificação é um procedimento complementar à autodeclaração e consiste na identificação por terceiros, ocorre “[...] por meio da observação de características fenotípicas do candidato; uma banca decide de forma terminativa (com base em critérios previamente estabelecidos e no livre convencimento de cada membro) se ele é ou não sujeito de direito da política afirmativa” (Santos, 2021). A banca seria como uma amostra da sociedade, de como a sociedade o vê, por isso ela é também diversa.

A Lei n. 12.711/2012 e o Decreto n. 7.824/2012 que a regulamenta dispõem que as vagas reservadas a cotistas étnico-raciais e a pessoas com deficiência serão preenchidas por autodeclarados preto, pardo, indígena e pessoa com deficiência (Brasil, 2012a, 2012b). A necessidade da criação de bancas de heteroidentificação para validar essas autodeclarações surge, portanto, pela utilização indevida da política que ocorre por meio das fraudes que abarcam, por um lado, a falsidade na declaração feita por candidato de modo consciente do não pertencimento aos grupos beneficiários da política, por outro lado, a declaração feita pelo sujeito que acredita pertencer ao grupo, geralmente por desconhecimento, baseada na ascendência.

Essa complexidade na identificação étnico-racial afeta também a percepção dos próprios beneficiários das cotas, os negros de pele clara: há os que se encontram na condição de se reconhecerem negros, possuírem uma pertença racial, muitas vezes relacionada a mãe ou ao pai em vista de casamentos inter-raciais, porém, não são percebidos, indubitavelmente, por terceiros como detentores de fenótipo característico de pessoa negra, conforme indicado nos documentos normativos orientadores das bancas de heteroidentificação; há outros que até então não haviam refletido sobre seu pertencimento étnico-racial, nem procurado se encaixar nas classificações. Algo não surpreendente se considerada a faixa etária de parcela dos candidatos ao ingresso na universidade, jovens que recém saíram do ensino médio e não tiveram em sua vivência a necessidade de se pertencer, se encaixar em determinadas categorias. Ambas as situações trazem negros de pele clara que se encontram em dúvida sobre sua autodeclaração e geram dúvida para quem heteroclassifica. Esses sujeitos acabam receosos em concorrerem as vagas reservadas; são ou não são sujeitos de direito da política pública? Na imprecisão que a subjetividade do pertencimento racial induz e na complexidade da formação étnico-racial

brasileira, estão sujeitos a expertise da banca no que tange “[...] a capacidade de compreensão da raça, do racismo, dos processos de racialização, das nuances e dos processos de subjetivação e constituição, no mundo social, das identidades étnico-raciais” (Rios, 2018, p. 244).

Assim, requer à banca de heteroidentificação um conjunto de saberes e experiências do mundo social frente a complexidade da sociedade, para a tarefa de confirmação de autoidentificação e o cumprimento das finalidades da ação afirmativa na reserva de vagas a cotistas raciais.

### **Cotas raciais: posicionamento e pertencimento**

---

As identidades forjadas, a pluralidade e a diversidade que compõem o país assim como cada região brasileira apresentam suas especificidades e congruências de formação que, ao mesmo tempo podem aproximar ou afastar as lutas por direitos da população negra e repercutem no processo de implantação das políticas de ação afirmativa na UFMS, que ocorrera somente após a aprovação da Lei n. 12.711/2012.

Posicionar-se e pertencer carregam significados, sentidos e efeitos nas relações sociais que podem produzir tanto a valorização ou aproximar-se de hierarquizações. No que se refere ao posicionamento e pertencimento raciais, são processos envoltos em positivação e/ou negação, ou seja, ser negro em nossa sociedade permeia as experiências subjetivas de cada sujeito, assim como das relações desses sujeitos com seu meio.

O trato da questão étnico-racial ocorre diferentemente na vida de cada sujeito. A abordagem ou a não abordagem de tal temática em alguns espaços familiares pode representar uma gama de sentimentos e limitações que esse processo de identificação encontra no interior da dinâmica familiar. A constituição de famílias negras e inter-raciais e de cada sujeito nesse contexto são também condicionadas pelo todo social e, portanto, influenciadas pelo racismo existente na sociedade.

Ao mesmo tempo em que o racismo e a discriminação racial são claros a quem é submetido e é nítido no cotidiano de quem acuradamente observa ao seu redor (e somente aos que querem observar) é, também, um silêncio em muitos “lugares” familiares. A forma como os membros e diferentes gerações lidam com essa questão tão comum, porém, tão complexa e

de difícil tato para muitas famílias que vivenciam essa realidade, repercute no posicionamento e sentimento de pertença de cada indivíduo.

O marcador social da cor, inicialmente algo objetivo é, no Brasil, um elemento que para algumas famílias pode abranger diferentes significados e, por vezes, gerar desconfortos. Nos relatos das entrevistadas há diferenças na atribuição de sentidos à questão da cor da pele no interior de cada família, ora um vazio em torno da cor, da raça e do racismo, seja pelo silêncio, pela negação, pelo distanciamento (a escolha pela cor parda), ora afirmação, reconhecimento e resistência, repercutindo no sentir e significar, no pertencimento e no posicionamento.

Lia Vainer Schucman (2018, p. 23) ao analisar as dinâmicas relacionais em famílias inter-raciais no que diz respeito às possibilidades de atribuição de sentidos à cor da pele, à raça e ao racismo, explica que “[...] parte de sujeitos brancos estabelece vínculos e afetos com pessoas negras e ainda assim legitima as hierarquias raciais da sociedade dentro da própria família”. Nesse contexto uma das entrevistadas cresceu e vivenciou essa dinâmica contraditória.

Eu sou uma pessoa negra, mas a minha família é 90% branca, é que eu puxei o lado nordestino do meu avô e eu sempre sofri muito preconceito dentro da minha própria família. Meus pais não me enxergam como uma pessoa negra, eles falam que sou parda, então, assim, sempre foi muito duro para mim, eu sofria racismo na escola onde eu estudei. Então, para mim, tipo, escolher a cota racial não só para me ajudar a entrar na faculdade, mas também eu pensei “poxa, eu passei por tanta coisa por ser negra e muito me invalidaram porque eu não tenho pele retinta, eu não sou negra retinta então você não é negra, você não é preta, mas ao mesmo tempo eu sofria preconceito, então eu optei por realmente achar que era justo para mim, sabe?! E também para me identificar, porque ficava muito naquele limbo, ah eu sou parda, mas as pessoas falam que eu sou parda, mas eu sofro preconceito por ser, por ter características negras, então era muito confuso. Então, a partir do momento que eu optei pela cota, eu passei pela banca avaliadora e fui aprovada [...] foi um passo muito importante para a minha identificação também e também na sociedade, sabe!? E a gente fica muito, quem não é negro retinto acaba ficando muito naquele ‘ah, mas será que eu posso participar de debates de raça, de identificação negra?!’ (Laudelina, curso de Direito).

Munanga (1999, p. 140) destaca a complexidade da autoidentificação do mestiço num país em que o mestiço é, de início, indefinido. “Ele é ‘um e outro’, ‘o mesmo e o diferente’, ‘nem um nem outro’, ‘ser e não ser’, ‘pertencer e não pertencer’”. Desse modo, pode ocorrer uma tentativa de negação/eliminação de identificação do pardo com a negritude ao buscar formas de aproximá-lo ao branco, um efeito da ideologia do branqueamento que via na negritude algo negativo e, por isso, algumas gerações ainda almejam o distanciamento da identificação negra de seus descendentes em meio a uma sociedade racista.

Para Laudelina, a tentativa de distanciamento da negritude realizada pelos pais não a protegeu, nem impediu que se sentisse tratada de modo diferente pelo restante da família, ao contrário, provocou um estranhamento de si dentro do contexto familiar, como ela expressou “aquele limbo”, em relação a sua negritude, ao seu pertencimento.

Nessa dúvida que muitos filhos de famílias inter-raciais vivenciam, Schucman (2018, p. 69) observa que a não identificação com a categoria parda, utilizada pelo IBGE, contribui para a complexidade do processo identificatório. “Pardo não remete a uma ligação ancestral, não remete à cultura, não é uma opção política e tampouco parece corresponder a traços fenotípicos. Não é, portanto, uma forma pela qual os próprios sujeitos se identificam na questão racial”.

Porém, com a construção de uma identidade negra positivada realizada pelos movimentos negros nas últimas décadas, que aglutinam pretos e pardos na categoria “negra”, as novas gerações vêm reconhecendo-se e reafirmando-se como meninas e mulheres pretas/negras. Há, em sua maioria, um caráter político na decisão da autoidentificação.

Antes as pessoas tinham muito disso, eu lembro, quando eu era pequena eu era morena não era preta, hoje eu falo, cara, não sou morena, não tem como eu ser morena, mas antes tinha muito disso né. Mas sempre identifiquei sim como uma pessoa morena na época que eu não entendia muito, mas hoje eu entendo que eu sempre soube que era preta sim, só não entendia esse negócio de cor (Enedina, curso de Engenharia de Produção).

A afirmação de ser negra ou de ser preta, sobretudo por descendentes de famílias inter-raciais que margeiam a branquitude e a negritude enfraquece, aos poucos, os estereótipos cultivados pela ideologia do branqueamento como, por exemplo, as identificações “morena”, “morena clara” que são, comumente, encontradas nas autoclassificações de pessoas pardas e até negras retintas, num lugar de negação e/ou distanciamento de sua cor. Essa condição de negação e/ou distanciamento do ser negro, seja vivida ou representada, contribui para que as configurações da negritude enquanto característica negativa socialmente construída seja reverberada ainda que de forma inconsciente e o racismo estruture as próprias relações familiares.

Uma das questões realizadas na entrevista aborda a autoidentificação das entrevistadas, se elas sempre se identificaram como cor/raça negra. Cada qual em sua vivência, expôs as seguintes respostas, abaixo apresentadas de modo resumido.

**Figura 3 - Mapa mental do processo de autoidentificação étnico-racial das entrevistadas**



**Fonte:** elaborado pelas autoras (2024).

Partes dos relatos das entrevistadas demonstram como tais comportamentos influenciam no vivenciar o ser negro em cada dinâmica familiar e na sociedade. Para a vivência de Maria Beatriz o posicionamento da mãe em relação a cor, a abordagem da existência dessas diferenças no âmbito da sociedade e a valorização de sua beleza permitiram que a entrevistada crescesse com segurança em relação ao seu próprio posicionamento. Ainda assim, relata que passou por situações de preconceito e discriminação vivenciadas, segundo ela, desde o ensino fundamental, como ocorrências de preterição por parte de professora, porém, talvez pelo entendimento da questão já debatida no espaço familiar, aprendeu a lidar com essas situações à sua maneira:

Eu sempre tentei racionalizar e eu sempre conversava muito com a minha mãe, sabe. Então me ajudou muito a entender essa questão do racismo em si, de como as coisas são, de como o sistema funciona, de como as vezes não é necessário a gente entrar em certas brigas, mas, às vezes, é necessário a gente entrar em certas brigas. Só que é importante a gente se munir de armas certas. Uma das minhas armas mesmo é a educação, sabe. Então, hoje eu tenho consciência disso, e eu fui crescendo e me ligando a isso, sabe (Maria Beatriz, curso de Medicina).

Já para Glória Maria foi um pouco diferente essa experiência:

Então, meu pai é branco e minha mãe é preta, mas ela foi criada por uma família branca [adotada], então dentro de casa a gente não tinha nenhuma abordagem racial, inclusive, assim, um pessoal mais do interior, assim, tinha até umas brincadeiras. Até hoje, meu cabelo, eles não gostam do meu cabelo. Minha mãe hoje em dia já gosta, mas minha família não gosta do meu cabelo, eles falam “ah, tá muito alto, tá muito crespo”. Então eu passei muito por isso. Então, dentro de casa eu não tinha essa, essa conexão com o lado racial, não tinha uma representatividade. Minha mãe sempre foi, apesar de ela ser retinta, ela sempre alisou o cabelo, ela sempre falou que ela era morena, então, tipo assim, ela tinha essa negação. Ela não tinha essa identificação que eu passei a ter no ensino médio, na escola, a partir do conhecimento de projetos sociais, da história do povo africano mesmo, assim, foi um processo que eu passei sozinha, eu não tive apoio da família nem nada.

[...]

Minha mãe que alisava meu cabelo, aí com 15 anos eu falei que não ia mais alisar o cabelo, não ia fazer mais nada de química. Aí foi um processo bem difícil porque a minha mãe mesmo, como ela sempre alisou o cabelo dela, ela não sabia como cuidar do cabelo, nem ela tinha entendimento. E eu comecei a alisar meu cabelo com 7 anos de idade, então eu não conhecia meu cabelo, então foi um processo bem difícil. (Glória Maria, curso de Arquitetura e Urbanismo).

O sentimento de acolhimento das características fenotípicas do sujeito negro no espaço das relações familiares tem um significado ímpar numa sociedade racista. O orgulho das raízes ancestrais é, assim, sinônimo de força no enfrentamento ao racismo e à discriminação racial.

Esse enfrentamento, no entanto, está presente de diferentes formas no cotidiano das entrevistadas, se mostrando um assunto desafiador. Algumas se posicionam, enfrentam, participam, outras optam por não “defender bandeiras”, como exposto pela entrevistada Lélia.

[...] eu tento não defender nenhum tipo de bandeira porque, na verdade, eu acho que esse negócio de defender bandeira, seja por sexualidade ou por cor, você acaba na verdade criando essas coisinhas na cabeça, tipo, você começa ver problema em tudo, tipo, as vezes a pessoa, sei lá, te tratou mal, mas não é porque você é negra é só porque a pessoa é assim mesmo, tipo, meio sem educação. Mas aí se você começa a levantar muita bandeira, você acha, ‘ai, não, ela me tratou mal porque eu sou negra’, mas na verdade não tem nada a ver, as pessoas não estão nem aí para a cor da sua pele (Lélia, curso de Zootecnia).

O excerto do posicionamento da entrevistada em relação à questão “como é ser negra na universidade?” nos faz refletir ainda mais essa realidade. Inicialmente, nos remete ao ideal da democracia racial, em que cor/raça não representaria nenhum tipo de interdição, em que não há barreiras e as relações sociais são igualitárias entre brancos e negros; por outro lado, indica

uma neutralidade, possivelmente como mecanismo de proteção, contudo, quando afirma que “as pessoas não estão nem aí para a cor da sua pele” expõe uma complexidade de sentimentos que se evidencia em outros trechos da entrevista, como segue:

Eu sinto que eu tenho que estar à frente, não à frente, por exemplo: por questões de visual, de imagem, eu tenho que estar mais arrumada que as pessoas do cotidiano assim, para mim [sic] ficar no mesmo nível né, porque até a gente vê assim, a grande parte da população que é mesmo de baixa renda é negra, não que seja, é a realidade, é negra mesmo. [...] tanto que se você andar na rua você vê muito pedinte, que são pessoas negras, não todos, mas a maioria são pessoas negras, então, às vezes, eu sinto que eu tenho que estar um pouco mais arrumada assim, para ficar no mesmo padrão [branco], não é nem acima, tipo, ‘nossa, que pessoa chique’, não, é só no mesmo padrão ali de uma pessoa que está vestida tipo comum, por exemplo assim né (Lélia, curso de Zootecnia).

Voltando-se ao âmbito acadêmico é possível também perceber essa cobrança de “estar à frente para ser/estar igual”, para ter o reconhecimento.

[...] tanto que, tipo assim, eu era uma pessoa bem esforçada assim né, só que tipo, parece que eu sendo esforçada eu só estava, tipo, beleza, estava normal ali, tanto que, por exemplo, eu fazia um programa lá na universidade e tipo eu era a pessoa que mais se dedicava, tanto que as pessoas falavam, porque só eu ia mesmo lá fazer as coisas e aí, tipo, eu tomava bronca com todo mundo ali. Então né, eu não sei o que eu podia fazer assim para não entrar ali no ralo (Lélia, curso de Zootecnia).

A formação das identidades étnico-raciais percorreu caminhos tão ambivalentes que podem produzir na pessoa negra uma percepção de si e do contexto social bastante confusa, conforme os excertos que seguem (já apresentados anteriormente): “[...] as pessoas não estão nem aí para a cor da sua pele.”; “[...] a grande parte da população que é mesmo de baixa renda é negra [...]”; “[...] eu tenho que estar mais arrumada que as pessoas do cotidiano assim, para mim ficar no mesmo nível né [...]”. Os sentimentos de não importância “social” da cor, da desigualdade racial e da cobrança/pressão social presentes no relato da entrevistada demonstram, de certo modo, os imbróglis que o racismo submeteu no posicionamento frente às questões étnico-raciais. Mesmo relatando nunca ter sido interpelada por situações de preterição, sente uma cobrança, mas que vem de si mesma, “[...] essa questão mesmo que eu comentei sobre ter essa pressão de ter que estar acima para ficar igual é uma questão minha, que eu senti, mas que ninguém me disse né, ninguém nunca falou nada, absolutamente nada, é uma coisa minha [...]”. O sentimento de uma posição desfavorável em relação aos outros, que

a faz sentir necessidade de estar “acima”, “à frente”, mesmo acreditando que “[...] ninguém liga para sua aparência e nem para a cor da sua pele, ninguém tá nem aí, tá cada um ali cuidando da vida deles né [na universidade]” pode representar a estigmatização do negro na sociedade, introjetada na percepção que tem de si.

Como explica Munanga (1990) a estereotipação negativa do negro ao longo da história acabou se transformando numa pressão psicológica. Ainda que conhecedora e ciente de sua capacidade intelectual, competência, qualificação e convicção/orgulho quanto à sua cor/raça, há o sentimento de cobrança/pressão de si mesma. Isso pode ocorrer pela clareza que Lélia tem das diferenças existentes entre brancos e negros na sociedade, mesmo que saiba que não existem diferenças na capacidade cognitiva de ambos os grupos, ela sente o racismo presente nos espaços, e cada qual responde de um modo a essas hierarquias, onde há um mecanismo subjetivo perverso que constrói uma imagem do negro esteticamente negativa. Para Schucman (2018, p. 69) o “[...] movimento de apropriação de significados e produção de sentidos se baseia sempre em um conjunto de determinados materiais simbólicos construídos sócio-historicamente dentro da cultura e também dentro da família em que estão inseridos”. Nesse percurso, reforça a autora, o sujeito precisa conciliar as vivências afetivas muitas vezes contraditórias presentes nos vários contextos sociais, como a família, a escola, o trabalho, os diferentes grupos sociais etc.

Nesse sentido que as experiências do mundo externo e do mundo interno podem se tornar um campo de conflitos. A forma como Lélia se posiciona e se entende posicionada na sociedade demonstra a indissociabilidade da constituição do sujeito e da sociedade, do mundo interno e externo, de como é a vida social. A vivência se faz presente na subjetividade, no processo de significação, na construção social de raça e na atuação social do racismo e, portanto, nas contradições de ser e viver. Assim, assumir a etnicidade enquanto um processo de politização implica, também, percorrer por esses conflitos.

O processo de existência e resistência ao longo da história da população negra e na história de vida das entrevistadas demonstra formas de lidar com a identificação racial em constante movimento conforme a sociedade envolvente. Não se submeter a opressão externa e interna das estruturas racistas é uma característica do presente momento. A valorização do fenótipo, da cultura, da ancestralidade impulsionou o sentimento de pertencimento. A negação da negritude parece estar em baixa, contudo, a pertença racial é um passo no longo processo de combate ao racismo. Mesmo que os sujeitos tenham convicção da sua cor/raça há, também,

uma convicção das diferenças no que tange as condições e as oportunidades vivenciadas cotidianamente e constatadas nos índices de desigualdade racial.

Lembrando o estudo de Oracy Nogueira (1998), em que afirma que os sujeitos da velha geração apresentavam certa subserviência diante dos brancos e os da nova geração maior desembaraço, percebemos que decorridas algumas décadas desse estudo, esses sujeitos estão cada vez mais fortalecidos enquanto grupo, enquanto denunciadores do racismo, enquanto detentores de direitos, enquanto vozes ativas numa organização social e dentro de uma organização social maior e racista.

Antonieta expõe que hoje em dia as coisas melhoraram muito.

[...] quando era criança era tudo muito, as pessoas não falavam disso né, era comum a gente vê piadinha racista o tempo todo e hoje em dia as pessoas estão mais cientes né, e a gente consegue ver mais influências também hoje em dia, as pessoas exaltando a beleza negra, falando sobre a questão de autoaceitação né, de você ver que você é o que você é, e você é linda, você não precisa mudar, não precisa se comparar a outras pessoas ou, seguir um padrão estético que foi imposto a todo mundo né, da pessoa branca, do cabelo liso, isso não existe, principalmente no Brasil, a gente está num país que é muito diversificado, aqui em Campo Grande mesmo tem muita gente de nacionalidades diferentes né [...]

Quando a gente entra na universidade é um ambiente muito mais diverso né, a universidade é enorme e lá tinha todo tipo de grupo, grupo de etnia, grupo religioso, todo tipo de grupo e eu participava de um curso de humanas também, que era bem humanas, então a gente era muito forte nas causas sociais né, essas questões de reflexão, principalmente quando a gente estava fazendo artes também, lá tem aulas de cultura brasileira, cultura quilombola, indígena, então a gente vai aprendendo mais, tanto estudando né, academicamente, quanto convivendo com as pessoas lá. [...] então essa convivência no ambiente universitário foi uma virada assim para mim sabe, eu saí da escola que era um lugar fechadinho, assim, minha escola era muito pequena, então todo dia você via sempre as mesmas pessoas, para ir para um universo que se abriu assim, era muito maior e, essa convivência mesmo acho que foi a virada [...] (Antonieta, curso de Ciências Econômicas).

Nessa vivência universitária muitos jovens se descobrem e/ou se autorreconhecem como negros e acabam por ter uma maior aproximação com o seu grupo étnico-racial.

Percebe-se, nas entrevistas, uma geração que tem orgulho de ser negra, que desenvolveu esse orgulho, mas, apesar da autoafirmação atual da negritude, as entrevistadas possuem memórias de situações de preconceito que vivenciaram, sobretudo, na infância e adolescência e, cada qual, se apropria ou se adapta, sem desconsiderar outras dimensões, aos significados dessas vivências na fase adulta em suas próprias conjunturas, atravessadas pelas condições políticas, históricas, culturais e sociais. O ambiente atual gerou a possibilidade e a coragem de

serem como são e de querer ser como são, e isso se refere à faixa etária, ao sentido de maturidade para fazer escolhas, como ao próprio clima de orgulho e pertencimento clamado no meio social, na arte, na cultura, pela mídia. Todavia, é algo recente, de modo que é também uma geração que teve a infância marcada pela cultura do “branco-belo”.

### Considerações finais

A intenção da pesquisa partiu da tentativa de identificação de possíveis “benefícios líquidos” das cotas raciais na universidade; seus efeitos, esperados ou não, no meio social. Em relação a isso, o que percebemos da política de ação afirmativa, cotas raciais, é que esta tem atingido esferas da vida social, talvez, além do que se esperava. Sônia Draibe (2001, p. 25) explica que

[...] os efeitos de um dado programa referem-se a determinadas alterações – esperadas ou não, outras que não as especificamente pretendidas – provocadas pelo programa e que, mais do que o próprio grupo-alvo focalizado, afetam as instituições ou organizações participantes, os agentes que implementam o programa ou o meio social em que este se realiza.

As cotas raciais provocaram mudanças positivas, alterando as condições e, por conseguinte, influenciando nas oportunidades, de forma a avançar na normalização da presença e ocupação dos negros em espaços antes restritos aos brancos, afetando assim, gradativamente, as estruturas seculares nas quais o imaginário de inferioridade de uns e superioridade de outros ainda não foi sucumbido.

Essa ampliação do acesso ao ensino superior repercutiu no *modus operandi* das instituições, mesmo as mais conservadoras tiveram que responder às demandas postas pelas políticas de ação afirmativa e mudou, positivamente, a vida da comunidade acadêmica e os beneficiários diretos da política pública.

Ainda, as entrevistas demonstraram que as cotas representaram, inicialmente, uma esperança para a futuro, a de estudar em uma universidade pública, pois provocaram fissuras em fortificações culturais, sociais, políticas e ideológicas já ancoradas que restringiam espaços e mantinham privilégios, inclusive no próprio imaginário desse grupo historicamente subordinado. Essa esperança fomentou a iniciativa e uma certa confiança e segurança para tentar o Enem/vestibular, pois a concorrência seria entre “iguais” de escola pública que estavam, de certo modo, no mesmo patamar de estudos. Uma vez inseridos no espaço

universitário, a confiança e a força são reavivadas, pois uma etapa nesse processo inclusivo e de reconhecimento pessoal fora alcançada, ainda que os desafios da permanência estudantil excluam muitos beneficiários da política social no meio do caminho.

O “mundo universitário” permite uma liberdade de estar, ser e se reconhecer muito mais ampla que a escola do bairro ou o espaço de trabalho, família e comunidade. A mudança de perspectiva possibilitada a cada sujeito beneficiário é também um espelho ao seu meio social de origem. Percebe-se que os beneficiários diretos da política pública não são apenas receptáculos das ações, são sujeitos operantes também da política, enquanto ocupantes das vagas reservadas, denunciando as fraudes e/ou representando vocalização em sua comunidade. Essas jovens, além de visualizarem outras perspectivas, possibilidades e oportunidades, tem ainda suas vozes mais próximas às questões afetas às desigualdades sociais e raciais, cujas realidades foram alteradas e/ou transformadas por meio da política pública e motivaram outras pessoas a também buscarem por melhorias em suas vidas.

Ocorre, nessa experiência, uma certa politização ou, ao menos, um aprofundamento crítico em relação às questões étnico-raciais. Sem desconsiderar as correlações de forças envolvidas à política, entendemos que esta representa uma ferramenta no processo de inclusão que impulsionou um movimento de conscientização popular e de alteração do cenário de desigualdade social e racial existente na sociedade. A universidade se tornou um espaço mais plural e inclusivo.

Os “benefícios líquidos”, indiretos da política pública em tela, a identificação da extensão dos impactos que não são mensuráveis, mas podem ser perceptíveis nas mudanças de comportamento, de perspectiva, de engajamento ou de posicionamento foram identificados na pesquisa que demonstrou uma conexão entre a política pública em tela e a construção da identidade negra ao proporcionar a oportunidade de uma reflexão em relação ao “ser” e “estar”, além do rico espaço de troca, fortalecimento e confiança sobre esse pertencimento que o ambiente universitário, com toda a sua diversidade, proporciona.

A política de cotas é, desse modo, uma política social que altera um quadro estrutural de privilégios no acesso à universidade pública, acidando assim uma fortificação até então existente na distribuição dessa riqueza social. Além disso, projeta efeitos sobre a qualidade de vida dos beneficiários diretos da política, modifica algumas concepções e perspectivas do grupo beneficiário, do seu entorno próximo, das instituições que executam a política, em alguns agentes ativos na temática e gera, de certo modo, consciência aos que não estão diretamente

ligados às cotas raciais, mas se aproximam e engrossam a vocalização em vista de uma sociedade menos racista.

## Referências

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília: Presidência da República, 2012a.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2012b.

DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. *In*: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.** São Paulo: IEE PUC, 2001. p. 13-42.

IBASE – INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Não deixe sua cor passar em branco. Responda com bom senso.** Rio de Janeiro: IBASE, 1990. Disponível em: <https://lae.princeton.edu/catalog/9dd57841-0fab-4ed2-8fe8-17baf0c17c9a?locale=pt-BR#?c=0&m=0&s=0&cv=2&xywh=142%2C2430%2C937%2C847>. Acesso em: 21 ago. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.** População, por cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403#/g/42/v/608/p/202001/c86/all/d/v608%201/l/v,p+c86,t/reultado>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MUNANGA, Kabengele. Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 33, p. 109-117, 30 dez. 1990. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1990.111217>.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis. RJ: Vozes, 1999.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga.** São Paulo: Edusp, 1998.

RIOS, Roger Raupp. Pretos e pardos nas ações afirmativas: desafios e respostas da autodeclaração e da heteroidentificação. *In*: DIAS, Gleidson Renato Martins; TAVARES JUNIOR, Paulo Roberto Faber (org.). **Heteroidentificação e Cotas Raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos.** Canoas: IFRS Campus Canoas, 2018. p. 216-252.

SANT'ANNA, Wania. Não deixe a sua cor passar em branco – o que esperar para o Censo de 2010. **Portal Geledés**, São Paulo, 2 jul. 2009. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/nao-deixe-sua-cor-passar-em-branco-o-que-esperar-para-o-censo-de-2010/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SANTOS, Reinaldo. O que as bancas de heteroidentificação precisam saber?. *In: 1ª CAPACITAÇÃO das comissões de heteroidentificação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: UFMS, 4 nov. 2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor'**. Salvador: Edufba, 2018. 146 p.

### CRediT

Reconhecimentos:	Não se aplica.
Financiamento:	Não se aplica
Conflito de interesses:	Os autores certificam que não tem interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
Aprovação ética:	Não se aplica.
Contribuição dos autores:	BARBOSA, V. declara ter participado da redação do artigo, e afirma ter sido de sua responsabilidade a Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal; VANDERLEY, S F. e LIRA, D, A. declaram ter contribuído da Investigação, Metodologia, Redação – rascunho original; Supervisão, Validação, Visualização, Redação - revisão e edição.

*Submetido em: 15 de novembro de 2024*

*Aceito em: 28 de janeiro de 2025*

*Publicado em: 20 de fevereiro de 2025*

*Editor de seção: Letícia Bassetto Secorum*

*Membro da equipe de produção: Daniella Caroline R. R. Ferreira Mesquita*

*Assistente de editoração: Simone Steffan*